



EDIÇÃO **156**

DEZEMBRO DE 2019

BOLETIM DA REDE

(31) 3226-3142

www.redebh.com.br

fb.com/sind.rede

Uma publicação do Sind-REDE/BH

A certeza que só a luta conquista.

retrospectiva 2019



LEI DA MORDAÇA

PL 274/17: violência aos Educadores desde a sua votação.

pág. 03



TERCEIRIZADOS

2019 é marcado pela luta em defesa do emprego.

pág. 05



NACIONAL

Governo mantém ofensiva contra os trabalhadores.

pág. 06 e 07



CONECTE-SE EM DEFESA DE SEUS DIREITOS!

Fique por dentro das atividades e ações da luta dos trabalhadores em Educação de BH.

WhatsApp

Envie seu Nome, Turno, Escola/EMEI, Regional e seu Cargo para o WhatsApp



(31) 98799-3041

Trabalhadores em Educação: CONTRA OS ATAQUES DOS GOVERNOS A LUTA É A MELHOR RESISTÊNCIA!

A história dos trabalhadores da Rede Municipal de Ensino está intimamente ligada a trajetória de uma categoria que historicamente luta todos os dias. Seja através das greves, atos e paralisações ou através da árdua tarefa de educar as crianças e jovens da cidade diante de condições precárias de trabalho e com poucos recursos materiais, em que é preciso lidar com a violência cotidiana da sociedade e a ausência das famílias.

Como se não bastasse, o governo Bolsonaro elegeu a Educação como o seu inimigo prioritário em 2019. Além das mudanças previdenciárias que prejudicam especialmente as professoras, o governo promoveu cortes orçamentários no setor e foi um grande apoiador da cruzada ideológica contra os trabalhadores em Educação, com o chamado Projeto “Escola Sem Partido”, que faria mais sentido se chamasse “Lei da Mordça”.

Sobre o pretexto de defesa dos direitos dos estudantes: de protegê-los de uma pretensa “doutrinação marxista” e da fantasiosa “ideologia de gênero”, a Lei da Mordça nada tem de “Sem Partido”. O que ela representa, de fato, é um movimento de assédio contra os professores, cujo único objetivo é articular formas legais e ilegais de violência moral e censura. Não é a toa que, mesmo com a sua inconstitucionalidade declarada pelo STF, os casos de perseguição e exposição de trabalhadores tem se tornado prática comum nas escolas. É a institucionalização de uma censura “extraoficial”, que a cada novo episódio se torna mais normatizada.

“

Se não fosse a heroica greve, os ataques também reduziriam direitos e liquidariam conquistas históricas da categoria.

”

Se no âmbito federal temos uma clara ofensiva para desmoralizar os trabalhadores em educação, na esfera municipal a coisa não é diferente. Alexandre Kalil (PSD) e sua secretária de Educação, Ângela Dalben, também começaram o ano com cortes na Educação Municipal, o que acarretou no fechamento de turmas e redução dos profissionais nas salas da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O prefeito Kalil também se calou diante da absurda aprovação, em primeiro turno, da Lei da Mordça na Câmara Municipal e foi além, revogando o Artigo nº 19 da Resolução Nº 2/2019 do Conselho Municipal de Educação, que tinha o objetivo de garantir o debate sobre gênero, saúde, orientação sexual, inclusão e diversidade nas escolas.

Se não fosse a heroica greve de novembro, os ataques também reduziriam direitos e liquidariam conquistas históricas da categoria.

Graças a luta dos trabalhadores o Decreto que regula a carreira foi modificado, o PL que altera o estatuto do servidor foi retirado de pauta e um índice de reajuste foi aprovado para 2020. Também foram suspensas as portarias que alteram a organização dos trabalhadores em readaptação funcional.

Mais uma vez, os trabalhadores em Educação da Rede mostraram que, mesmo em tempos de tantos ataques, é possível resistir e que a luta coletiva é sempre o melhor caminho.



Foto: Diego Franco

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro Belo Horizonte - MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.redebh.com.br

• DIRETORIA COLEGIADA

Departamento Administrativo Financeiro
Daniel Wardil, Clayton Santos, Cláudia Lopes, Luci de Fátima

Departamento de Comunicação e Imprensa
Vanessa Portugal, Thiago Ribeiro, Conceição Figueiredo, Paulo Henrique Fonseca

Departamento Jurídico
Andrea Carla, Helbert Marconi, Rosan Marcos, Sandra Coelho.

Departamento de Formação Pedagógica e Sindical
Diego Miranda, Flávia Silvestre, Evangely Rodrigues, Suelane de Carvalho

Departamento Saúde do Trabalhador
Alan da Silva, Letícia Nepomuceno, Gislane Oliveira

Departamento Previdência e Aposentados
Shirley Goes, Celeste Regiane

Departamento Cultural
Jacinta Gomes, Diana de Cássia, Luanna Grammont

Departamento Organização e Infraestrutura
Tatiane Ferreira, Maria das Dores Silva

Departamento Políticas Sociais
Fábio Liberato, Maria Lucia Ferreira, Raquel Batista Maciel, Luciane Batista

• IMPRENSA

Jornalista Responsável:
Diego Franco David (Mtb 20555/MG)

Redação e Revisão:
Diego Franco David
Jadilson Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação:
Natalino Ferreira

Impressão: Sempre Editora

Tiragem: 5.000

“Lei da Mordação”

violência aos Educadores desde a sua votação.

A Lei da Mordação (PL 274/17) foi aprovada em primeiro turno na CMBH no dia 14/10, fazendo de Belo Horizonte a primeira capital do país a aprovar um projeto com esse conteúdo. A votação foi marcada por muita luta por parte dos professores e estudantes, mas também por muito abusos, violência e autoritarismo por parte dos vereadores que apoiavam o projeto. Durante a votação do PL na Câmara, foi formada uma Frente ampla Contra a “Lei da Mordação”, que chegou a reunir cerca de 40 entidades dos mais diversos campos de atuação e luta.

O caso mais grave de repressão aconteceu no dia 09 de outubro, quando, em uma decisão autoritária e inconsequente, a presidente da Câmara, Nely Aquino (PRTB), mandou os seguranças esvaziarem as galerias. Ao menos 5 professores foram agredidos, incluindo 4 Diretores do Sind-REDE/BH.

O professor Clayton Santos precisou ser hospitalizado e ao sofrer um golpe “mata-leão” por parte dos seguranças e chegou a perder a consciência, ele ainda levou um soco no olho e foi ameaçado em uma das salas da Câmara.

Após as agressões, as mobilizações aumentaram, mas as galerias permaneceram fechadas, impedindo que a população acompanhasse as votações. A conclusão aconteceu só no dia 14, na segunda-feira da Semana de Outubro, após 13 dias de obstrução. O projeto teve 25 votos favoráveis, 6 a menos do que esperavam os seus apoiadores.

Agora, o PL passará pelas comissões temáticas, onde serão apreciadas novas emendas no texto. A tendência é que a votação em segundo turno da “Lei da Mordação” aconteça só em 2020. Caso seja aprovado, o PL fica submetido à sanção ou veto do prefeito Kalil.



Projeto não está valendo, mas consequências já são sentidas

A aprovação em primeiro turno não significa que o projeto já tenha validade de lei, por isso, qualquer tentativa de aplicar as regras da “Lei da Mordação” são completamente ilegais. Além disso, projetos com conteúdos similares a esse foram julgados inconstitucionais pela Justiça, pois ferem a Constituição, em seu Artigo 205, que assegura, claramente, “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.

Recentemente, dois episódios, ocorridos na região metropolitana de Belo Horizonte, chamaram a atenção por se ancorar na arbitrariedade da “Lei da Mordação”.

O primeiro deles aconteceu durante a votação do PL: no Colégio Loyola, um texto escrito pelo jornalista e humorista Gregório Duvivier, foi utilizado em uma prova de língua portuguesa de alunos do 2º ano do Ensino Médio. O texto foi alvo de protesto de um grupo de pais por criticar algumas políticas do governo Bolsonaro relacionadas a questão indígena, quilombola e a liberação desenfreada de agrotóxicos. A direção da escola optou pelo cancelamento da prova, o que provocou uma grande manifestação de professores, pais e alunos contra a censura.

Outro caso de grande gravidade aconteceu com a professora de história de Contagem Adriene Gomes. O deputado estadual Bruno Engler (PSL), escreveu uma carta direcionada à direção da Escola em que ela trabalha, a acusando de “incentivar a disputa política e ideológica no ambiente escolar”. O deputado ainda pediu que o diretor da escola tomasse as devidas “providências administrativas para apuração e punição da professora”.

Infelizmente, esses não são casos isolados. Recorrentemente, trabalhadores em educação e até mesmo alunos vem sofrendo tentativas de retaliação pelo simples fato de emitirem opiniões.

Frente a esses fatos, o Sind-REDE/BH se posiciona categoricamente contrário a qualquer perseguição que atente contra a liberdade de aprender e ensinar e ao direito dos trabalhadores em educação de expressar sua opinião pessoal e política. É preciso que a categoria não se amedronte diante desses ataques, e esteja sempre alerta. Afinal, a educação pública é a maior trincheira de resistência aos ataques do obscurantismo.

MANUAL DE DEFESA PARA DOCENTES



O que fazer se a sua sala de aula for invadida?

1. Procure testemunhas, chame a Coordenação ou Direção da escola. Para isso, não saia da sala de aula, peça para um ou dois estudantes fazerem os contatos.
2. Ninguém pode invadir a sala de aula, a entrada de terceiros só pode ocorrer com a sua autorização prévia. Se aparecer alguém não convidado, simplesmente feche a porta. Caso invasores(as) forcem a entrada, acione a Direção ou Coordenação.



E sobre a gravação ou filmagem de aulas e outras atividades?

3. Gravações só podem acontecer com a sua autorização verbal ou escrita. Recomenda-se aos(as) docentes "que não querem que as suas aulas sejam gravadas", que "expressamente afirmem isso em sala de aula, de maneira a deixar a questão devidamente esclarecida".
4. Caso alguém grave vídeos na sala de aula sem essa autorização, o(a) docente pode entrar com processo por difamação, calúnia e uso indevido de imagem. Procure o Sindicato.
5. Caso publiquem vídeos ou imagens difamatórias em redes sociais, registradas em sala de aula ou outras atividades docentes (aulas de campo, palestras, seminários, etc), faça cópia do vídeo/publicação ou da página/link. Caso receba o vídeo por Whatsapp ou outros aplicativos de mensagem, anote também as informações de quem enviou (telefone, nome de usuário). Procure o Sindicato para orientação sobre as providências legais.



Cabe destacar também que:

6. Ninguém pode entrar no local de trabalho do professor de modo a constrangê-lo ou censurá-lo, incluindo vereadores, deputados, pais, pessoas de outros órgãos da Prefeitura e/ou guardas municipais. Isso configura ameaça e assédio ao servidor público. Mais uma vez, é importante registrar ocorrências por escrito na Direção e no Sindicato.
7. Em caso de ofensas e ameaças em sala de aula, é importante registrar o episódio por escrito na Direção da Escola. Se as ameaças/ofensas forem através de mídias sociais, valem as mesmas recomendações do item 5.

Adaptado de: ADUSB. Manual de defesa para docentes em luta pela liberdade de ensino e da autonomia universitária.



Foto: Diego Franco

Os trabalhadores da Rede foram protagonistas na luta contra a reforma da Previdência. Com assembleias lotadas e participação ativa em todos os atos, a categoria se mostrou como o setor mais consequente na luta contra esse ataque.

Durante todo o ano, os trabalhadores da Rede Municipal de Educação se movimentaram para construção de uma Greve Geral que, infelizmente, não aconteceu. Mesmo assim, a categoria se colocou em movimento, muitas vezes sozinha, ajudando a construir o que veio a ser chamado "Tsunamis da Educação", que reuniram centenas de milhares de pessoas em Belo Horizonte. Foram 25 dias de greve e paralisações que reuniram tanto os trabalhadores terceirizados, quanto os concursados.

...mas, também de conquistas

No dia 01 de fevereiro, foram realizados nove seminários regionais de preparação da Campanha Salarial, ao todo 450 trabalhadores participaram. O Seminário apresentou o estudo do Ilaese sobre as contas da Prefeitura e foi palco de um riquíssimo debate sobre a campanha salarial e a reforma da Previdência, com esse material foram produzidos 4 jornais sobre o tema.

Apesar da diretoria do Sind-REDE/BH ter defendido durante todo o primeiro semestre uma greve que unificasse a campanha salarial e a luta contra a reforma, a categoria apostou em priorizar a pauta nacional e o enfrentamento direto com o governo Bolsonaro.

Porém, no dia 31 de outubro, as plenárias que reuniram cerca de 180 representantes indicaram uma mudança importante na política, preparando a assembleia do dia 06 de novembro, que reuniu mais de 1500 trabalhadores e deflagrou a greve que durou 17 dias.

O estopim para a greve foi o Decreto 17.200/19 que trazia grandes retrocessos à carreira dos trabalhadores em Educação e a minuta do Projeto de Lei que propunha alterações no Estatuto do Servidor. O desrespeito do prefeito Alexandre Kalil (PSD) em tentar destruir a carreira dos trabalhadores foi a gota d'água que faltava para transbordar um copo cheio: índice de reajuste zero, corte de verbas nas escolas, assédio na perícia médica, mudanças nas readaptações, redução do quadro dos trabalhadores terceirizados nas escolas, pressão sobre a Escola Integrada, total descaso com as direções de escola, não cumprimento de acordo das 7 horas de planejamento, fechamento de turmas educação infantil, massacre dos readaptados e uma lista gigantesca de outros ataques.

A greve foi deliberada na melhor ocasião, pois aconteceu no momento que os trabalhadores se aglutinaram e estavam dispostos a construí-la de forma unificada e majoritária. Foi uma greve de 17 dias muito vitoriosa, pela capacidade organizativa da categoria, pela força das assembleias e pelas conquistas.

Com ela, os trabalhadores conseguiram suspender o PL, retificar o Decreto 17.200 e conquistar um índice de reajuste (insuficiente, mas maior que o previsto) e suspensão das portarias dos readaptados.

Muitos problemas se acumularam, por isso em fevereiro estamos de volta!

A assembleia que deliberou o fim da greve, também definiu pela continuidade da campanha salarial, com uma nova assembleia em fevereiro.

Nos últimos anos, a soma de reajustes do Piso Salarial Nacional foi 120% maior que os reajustes do piso salarial da Educação Municipal.

As sete horas de planejamento ainda são uma promessa sem previsão de ser cumprida.

A limitação nas licenças médicas e de acompanhamento são abusivas.

O assédio na perícia continua.

Salas da educação infantil estão fechadas.



Foto: Diego Franco



Foto: Diego Franco



Foto: Diego Franco



Foto: Jadilson Rodrigues

2019 É MARCADO PELA LUTA EM DEFESA DO EMPREGO



Com algumas mudanças de forma, a terceirização na Educação Municipal de BH já dura quase 40 anos. Há alguns anos, a solução defendida pelos trabalhadores representados pelo Sind-REDE é a manutenção do emprego de todos os trabalhadores terceirizados a partir da estruturação de um contrato direto com a Secretaria de Educação (SMED) e abertura de concurso público com carreiras estatutárias, a medida que novas vagas vão sendo abertas.

Na contra-mão, a Prefeitura estabelece uma política que reduz o número de trabalhadores, mesmo com o aumento do trabalho. A manutenção da terceirização a partir do contrato com a MGS tem esse objetivo.

Como se não bastasse a precarização, o ano de 2019 foi marcado por ataques de todos os lados à organização sindical dos trabalhadores, seja pelo Ministério Público, pela Prefeitura (particularmente, pela SMED) e por todos

os oportunistas que tentaram se aproveitar da situação de fragilidade gerada pela ameaça aos empregos dos trabalhadores.

Apesar de todas as dificuldades, a luta dos trabalhadores terceirizados nos últimos 2 anos, incluindo a heróica greve de agosto, garantiu a maior parte dos empregos até o final de 2020. Porém, muita coisa ainda está em aberto.

O que já conquistamos

2018: Garantia do emprego até 2019. (O risco era que todos fossem demitidos ainda em 2018).

2018: Apesar de não conseguir reverter o processo seletivo, foi garantida a prova prática e pontuação para o tempo de serviço.

2019: Redução da pontuação mínima no processo seletivo.

Greve de julho de 2019: A luta garante o emprego de 4500 trabalhadores até 2021, infelizmente a migração e o processo seletivo deixa 500 de fora.

Problemas que ainda temos que enfrentar

A MGS é uma empresa privada que não preza pela qualidade do serviço público e pelo respeito ao trabalhador.

A Prefeitura usa a MGS para atacar direitos e reduzir custos.

Ainda não há garantia de emprego depois de 2021.

Melhorias salariais.

Mais direitos.

COM GRANDES DIFICULDADES E TENTATIVAS DE GOLPE POR PARTE DA MGS, TERCEIRIZADOS FECHAM ACORDO COLETIVO DE 2019

Campanha salarial iniciada em janeiro, finalmente é concluída, apesar do jogo sujo e intransigência de Kalil e da MGS.

Desde 2018, uma proposta de acordo coletivo foi discutida entre a MGS e os trabalhadores terceirizados da educação. Apesar da dificuldade no diálogo e de boa parte das reivindicações dos trabalhadores não terem sido aceitas, um documento foi apresentado à categoria como proposta de acordo, que apesar de sua insuficiência, foi aceito em assembleia.

Para a surpresa de todos, a MGS tentou puxar o tapete dos trabalhadores, alterando a proposta que já havia sido votada, atacando a organização sindical e retirando vários pontos de pauta. Após forte movimentação da categoria, a MGS recuou e manteve a proposta anterior. O Acordo será assinado no dia 09 de dezembro. Veja como ficou:

- ▶ **2,36%** de reajuste, retroativo a janeiro de 2019.
- ▶ **4,5%** sobre o vale refeição (R\$ 20,80), também retroativo a janeiro.

Ataques continuam: MGS lança novo processo seletivo para a faxina

Depois de toda a luta e da demonstração de incapacidade de avaliar os trabalhadores das escolas, a MGS lançou um novo processo seletivo para a faxina, sem considerar a especificidade do trabalho em ambiente escolar. É preciso frisar que este item consta em acordo judicial.

Queremos saber: A empresa faz isso em acordo com a secretária Ângela Dalben e o prefeito Alexandre Kalil?



Foto: Diego Franco

Continuidade da luta

Com o fechamento da campanha salarial de 2019 só em dezembro e considerando a insuficiência do acordo, a categoria já aponta a necessidade de nova mobilização para o ano de 2020.

GREVE NA ESCOLA INTEGRADA ARRANCA ACORDO DE GARANTIA DO EMPREGO ATÉ FEVEREIRO

Em resposta à orientação da SMED que visava reduzir o quadro de monitores do Programa Escola Integrada (PEI), os trabalhadores realizaram uma série de atos e paralisações espontâneas, no início de novembro, contra a possibilidade de demissão em massa.

As manifestações se desdobraram em uma forte greve nos dias 12, 13 e 14, com muita mobilização nas comunidades, panfletagem e esclarecimentos sobre as questões que envolviam a greve, duas assembleias e um ato na SMED, que conseguiu uma reunião direta com a secretária de Educação Ângela Dalben. A luta garantiu que não haveria nenhuma mudança na organização da Integrada e nem no quantitativo de trabalhadores, até fevereiro

de 2020. A greve também garantiu que os dias parados não fossem cortados, mas sim compensados a partir da negociação direta com as direções das escolas.

Próximos passos

Dia 12 de dezembro, será realizado um Seminário sobre a Escola Integrada. Na próxima edição, publicaremos as posições deliberadas. Até lá, acompanhe pelo site.

Uma nova assembleia com indicativo de greve acontecerá em fevereiro de 2020 para avaliar os rumos do movimento de acordo com a política da Prefeitura para o Programa.



Foto: Diego Franco

ONDA DE PROTESTOS SACODEM A AMÉRICA LATINA

Trabalhadores se revoltam contra as políticas neoliberais que há anos dominam a região.

Uma grande onda de protestos tem tirado a América Latina do eixo nos últimos meses. Em todo o continente a luta de classes tem mostrado a sua atualidade com levantes que questionam a aplicação da política neoliberal imposta por décadas aos trabalhadores.

No Equador, o presidente Lenín Moreno anunciou no início do mês de outubro um pacote de ajustes econômicos antipopulares, submetendo-se às exigências do FMI, o principal ponto era um aumento extraordinário nos preços dos combustíveis. A resposta popular foi uma gigantesca mobilização, envolvendo indígenas e trabalhadores rurais e urbanos, que forçou Moreno a revogar as medidas.

No Chile, o aumento do preço do transporte público foi a gota d'água para a explosão de protestos massivos por todo o país. Os chilenos estão nas ruas, há mais de um mês, exigindo uma política econômica avessa aos 30 anos de neoliberalismo que destruíram sua educação, saúde, direitos sociais e trabalhistas. A brutal repressão do presidente Sebastián Piñera não tem sido capaz de silenciar as ruas. Além de forçar o recuo do governo, as mobilizações alcançaram vitórias significativas como o aumento geral das aposentadorias, a redução

dos salários dos políticos e a organização de uma nova constituinte.

Na Bolívia, após a vitória de Evo Morales para um quarto mandato, a oposição de direita se articulou a grupos neofascistas, fundamentalistas religiosos e aos militares para impor um golpe de estado. O comandante do exército boliviano, Williams Kaliman, "sugeriu" a renúncia de Evo, que deixou o país e refugiou-se no México. Desde então o povo indígena e camponês junto a Central Operária Boliviana (COB) tem realizado greves e mobilizações nas ruas para enfrentar a repressão militar e exigir a renúncia da "autoproclamada" presidente Jeanine Áñez.

No Brasil, Bolsonaro teme que as mobilizações da América Latina contagie os trabalhadores brasileiros, já que outros países como Colômbia, Haiti e Honduras também já se colocaram em movimento. Prova disso é a sua hesitação em apresentar o chamado "pacoteço", prometido por Paulo Guedes para esse ano. Mas isso não quer dizer que os ataques cessaram, o governo apenas mudou a sua estratégia, apresentado o seu pacote de retrocessos à conta-gotas. Junto a isso, Bolsonaro já prepara o seu arsenal de repressão com a proposta de excludente de ilicitude em ações de Garantia da Lei e da



Foto: Internet

Ordem (GLO), ou seja, Bolsonaro quer dar carta branca para excessos policiais durante manifestações.

É preciso exigir das Centrais Sindicais que não se curvem e convoquem greves e mobilizações, aproveitando o clima favorável de lutas do continente para forçar uma ofensiva contra esses ataques e reverter a correlação de forças da luta de classes. Somente com muita unidade dos trabalhadores seremos capazes de resistir aos ataques de Bolsonaro e Guedes.

GOVERNO MANTÉM OFENSIVA CONTRA OS TRABALHADORES

Promulgação da reforma da Previdência oficializa um ataque sem precedentes ao povo brasileiro.

A reforma da Previdência (EC 103) foi promulgada no dia 12 de novembro em sessão solene no Congresso. O projeto foi aprovado em tempo recorde, em um processo de tramitação que durou apenas oito meses, desde que foi encaminhado à Câmara dos Deputados por Bolsonaro.

As principais mudanças são o aumento da idade mínima, a mudança no cálculo do benefício, que agora leva em conta a média de todos os salários (e não apenas dos 80% maiores), a elevação de alíquotas para algumas categorias e o estabelecimento de um tempo mínimo de contribuição. O texto também estabelece regras de transição para trabalhadores em atividade. Confira as principais mudanças no quadro ao lado:

Resistência preservou alguns direitos

Apesar de não ter sido possível derrotar a reforma, a luta conseguiu vitórias parciais. Foram retiradas do projeto ataques profundos como a capitalização individual (que acabaria com a lógica de previdência social pública), as mudanças para os trabalhadores rurais e as alterações cruéis que reduziam o BPC/LOAS.

NACIONAL



	IDADE MÍNIMA	TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO	VALOR DOS PROVENTOS	PENSÃO POR MORTE
PROFESSORES (SETOR PRIVADO E SERVIDORES FEDERAIS)*	57 ANOS	25 ANOS	60% da média de todos os salários + 2% por ano de contribuição que exceder o tempo mínimo.	60% do benefício + 10% por dependente (até o máximo de 100%). Valor mínimo de um salário. Não pode mais acumular pensão e aposentadoria.
DEMAIS TRABALHADORES	62 ANOS	15 ANOS (SETOR PRIVADO) 25 ANOS (SETOR PÚBLICO)		
				10 anos de atuação, 5 anos no cargo

*servidores públicos municipais e estaduais ainda estão na regra antiga.

Junto ao próximo jornal, enviaremos uma cartilha mais detalhada, incluindo todas as regras de transição e possíveis mudanças geradas pela PEC Paralela.

PEC PARALELA

A retirada dos servidores públicos estaduais e municipais da reforma foi um engodo para dividir os trabalhadores. A PEC Paralela, já aprovada no Senado e agora em tramitação na Câmara dos Deputados, deixa a adesão (ou não) da reforma da Previdência a cargo das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, que devem regulamentar a questão por meio de um PL próprio.

A PEC Paralela utiliza a fórmula do cavalo de tróia: apresenta algumas melhorias nas regras de transição do regime geral em troca da inclusão dos servidores municipais e estaduais na reforma. **Não caia nessa!**



Foto: Diego Franco

GOVERNO JÁ PREPARA NOVOS ATAQUES ESTRUTURAIS AOS TRABALHADORES

Reforma Trabalhista

A reforma trabalhista de Michel Temer completou dois anos em novembro. Mas, ao contrário do prometido, a maior reforma já realizada na CLT não representou uma diminuição significativa do desemprego. Segundo o IBGE a taxa caiu de 12,7 mi para 12,5 mi, porém, a pequena melhoria estatística se deu, majoritariamente, pelo aumento da informalidade. Além disso, há um aumento na taxa de subutilização (brasileiros que desistiram de procurar emprego ou que gostariam de trabalhar mais).

No fim das contas, o único legado da reforma foi a intensificação da exploração do trabalhador e a desestruturação dos Sindicatos, com o fim do imposto sindical.

Dois anos depois, Bolsonaro já prepara mais ataques. O governo nunca escondeu suas intenções, sempre defendendo que o trabalhador precisava de "menos direitos e mais empregos". A estratégia de Bolsonaro para acabar com a CLT é constante e autoritária, adotando os Decretos e Medidas Provisórias ao invés de PEC e PLs. O principal alvo de Bolsonaro é a livre organização dos trabalhadores, atacando prioritariamente os sindicatos. O próximo passo é o fim da unicidade sindical.

Medidas Provisórias

Esse mês Bolsonaro apresentou a MP 905/19, apelidada de Contrato de Trabalho Verde e Amarelo. Sob a prerrogativa de gerar empregos entre os jovens de 18 à 29 anos, a proposta é um verdadeiro presente para os patrões, pois isenta as empresas de diversos tributos, como a contribuição previdenciária patronal, o Salário Educação e as contribuições ao Sistema S. Além disso, reduz a alíquota do empregador no FGTS de 8% para 2% e reduz a multa do FGTS em caso de demissão sem justa causa de 40% para 20%.

O mais impressionante é a fonte de custeio de todos esses benefícios aos patrões. A MP propõe a instituição da cobrança de contribuição previdenciária de pessoas que recebem seguro-desemprego. Um verdadeiro imposto sobre grandes pobres.

A MP também prevê mudanças gerais na CLT, como a regulamentação dos trabalhos aos domingos (que havia sido excluída da MP da Liberdade Econômica pelo Senado). E a desregulamentação de profissões que não têm conselhos ou ordens de classe, como jornalistas, químicos, arquivistas e corretores de seguro.

PEC Emergencial

A PEC 186/2019, chamada pelo governo de PEC Emergencial, já está tramitando no Senado. Entre medidas permanentes e temporárias, o objetivo da PEC é usar os salários dos trabalhadores do Serviço Público para equilibrar as contas dos entes federativos, quando não for atingido o superávit primário.

Em outras palavras, a PEC propõe cortar até 25% dos salários de servidores de todo o Brasil a partir de uma redução imposta de jornada, independente da demanda de trabalho. Além do corte de ¼ do salário, a PEC representa aumento na carga de trabalho de mais de 12 milhões de trabalhadores brasileiros, pois proíbe a expansão de serviços públicos.

A PEC Emergencial é só uma amostra do que virá com a reforma administrativa, um pacote de ataques tão grande, que representará um retrocesso de mais 50 anos em direitos e organização dos serviços públicos. O nível de ataque é tão grande, que o governo adiou sua apresentação para o próximo ano, temendo que as mobilizações da América Latina possam chegar ao Brasil. O tema será tratado com mais profundidade no primeiro jornal de 2020.

PRIVATIZAÇÕES

Após o leilão do pré-sal da Bacia de Santos, que arrecadou menos de 70% da expectativa do governo, Paulo Guedes pretende criar um projeto de lei para acelerar o processo de privatizações. O objetivo de Guedes é acabar com leis de indenização e compensação ambiental e ressarcimentos por investimentos prévios.

O plano chamado de "fast track para privatizações" abrange todas as empresas brasileiras e também inclui a desvinculações de receitas, o que pode impactar diretamente as verbas para educação e para a saúde.

Entre as alienações programadas pelo governo estão empresas de todos os tipos, as mais famosas são: Casa da Moeda, Correios, Telebrás, Eletrobrás, EBC, CBTU e DataPrev.

Caso não consiga privatizar, Guedes já estuda outras alternativas de entreguismo, como fundir, reorganizar, transferir ou até mesmo extinguir essas empresas.

GREVE NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS JÁ!

▶ Apesar das gigantescas manifestações do primeiro semestre de 2019, as grandes Centrais Sindicais não foram a fundo na construção da Greve Geral para barrar a reforma da Previdência. É preciso reverter essa política diante de tantos ataques.

No dia 26/11, o Sind-REDE/BH participou de um encontro dos servidores das três esferas em Brasília, o encontro foi um acontecimento importante que precisa ter continuidade em ação. Dentre outras questões, foi aprovado um plano de lutas que tem como principal atividade o dia 18 de março, como Dia Nacional de Paralisação, Mobilização, Protestos e Greves.

Vamos atuar a fundo para que em 2020 saia a Greve Nacional dos Servidores Públicos e que ela impulse a Greve Geral.

PERÍCIA MÉDICA E READAPTAÇÃO FUNCIONAL: UMA LUTA PERMANENTE DE TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

A suspensão da Portaria 052/2019 da SPOG/SMED e 003 da SMED, que versavam sobre a permanência dos trabalhadores em readaptação funcional nas escolas foi uma vitória importante da greve.

No entanto, isso não resolve nem de longe as questões que envolvem a perícia médica e o programa implementado pela Prefeitura de acompanhamento e revisão das readaptações.

O Sind-REDE/BH realizou dois encontros bastante representativos com trabalhadores readaptados. O tema tem sido pautado quase semanalmente com a Prefeitura.

ENCAMINHAMENTOS

- 1 Retomar o projeto de realizar pesquisa nas escolas.
- 2 Solicitar que os trabalhadores preencham requerimento com o nome do médico assistente que deferiu o atestado e o médico da perícia que indeferiu o atestado ou a readaptação funcional.
- 3 Os trabalhadores que tiveram as licenças indeferidas devem encaminhar ao Sind-REDE/BH o comunicado.
- 4 Os trabalhadores que tiveram a readaptação revista devem comunicar ao Sindicato.
- 5 Mandaremos dossiê de denúncia ao Ministério Público, comissões de direitos humanos, conselhos de medicina e psicologia.

- 6 Estão sendo elaboradas denúncias públicas e documentos externos sobre a perícia e a readaptação funcional.
- 7 Dentre as várias reivindicações levantadas, se destaca o fim da terceirização da perícia.

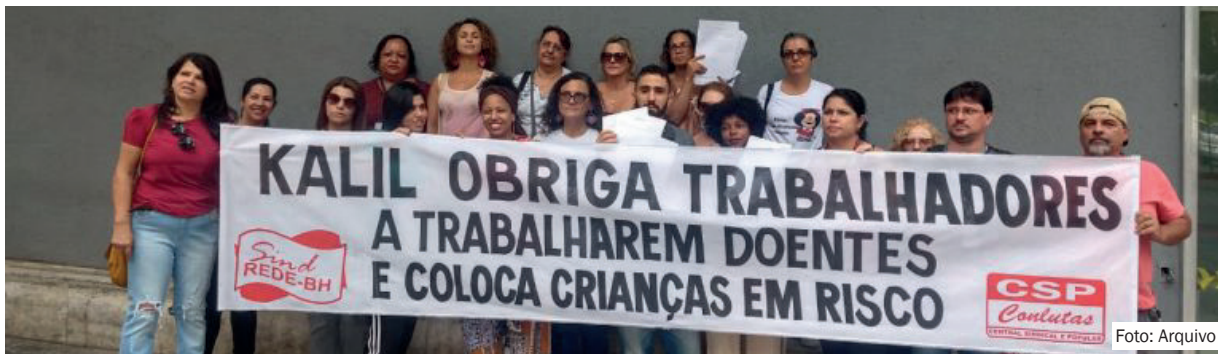


Foto: Arquivo

REIVINDICAÇÕES:

- ▶ Fim do acompanhamento dos psicólogos;
- ▶ Revogação das portarias que estão suspensas;
- ▶ Entrega dos resultados das perícias presencialmente;
- ▶ Assinatura com definição da especialidade do médico atendente;
- ▶ Relatório que justifique os indeferimentos.

PESQUISA DO SIND-REDE/BH INDICA O NÃO COMPROMETIMENTO DE KALIL COM A QUALIDADE DO TRABALHO DESENVOLVIDO

Confira os problemas que as professoras avaliaram como sendo os mais impactantes no trabalho docente da Educação Infantil:

O Sind-REDE/BH realizou um levantamento sobre as condições de trabalho nas EMEIs e turmas de Educação Infantil nas Escolas do Ensino Fundamental de Belo Horizonte. Os resultados da pesquisa trazem indicativos que reforçam o que o Sindicato já apontava, a política da PBH tem gerado uma diminuição da qualidade do trabalho desenvolvido.

Segundo a pesquisa, o não cumprimento da determinação salarial da Lei do Piso, a não garantia de 1/3 da jornada para o planejamento, a impossibilidade da formação continuada e a não realização de Reuniões Pedagógicas coleti-

vas são os maiores problemas enfrentados pelo segmento.

A pesquisa também apontou que a ausência de diálogo prévio da SMED com as Comunidades Escolares e o quantitativo de professor/criança são fatores insatisfatórios para a grande maioria dos docentes.

O corte de verbas destinadas à formação continuada e materialidade diminuiu as possibilidades pedagógicas. O fechamento de berçários é uma das consequências direta dessa política de cortes.

EDUCAÇÃO INFANTIL



Foto: Diego Franco

Reorganização

Outro grande problema apontado pela pesquisa está na alteração da Concepção Pedagógica que vinha sendo construída pela Rede. As mudanças têm gerado a diminuição do número de crianças em algumas escolas, o que acarretou em salas ociosas e a formação de turmas com idades próximas (turmas "flexíveis"). Outro problema do corte de verbas é a diminuição do quantitativo de professoras/es, causada pela redução da jornada da criança, o que ocasiona um grande número de excedentes.



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Somos parte de uma REDE que não se rompe e não se deixa abater!